

**Parecer de Comissão 91/2021**

Protocolo 32570 Envio em 06/10/2021 10:56:57

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

Ao Projeto de Lei nº 051/2021

Autor: **Sr. Prefeito Municipal ANTONIO TAKASHI SASADA**

Institui o regime de previdência complementar dos servidores públicos municipais de Paraguaçu Paulista.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunindo seus membros nesta data, após ouvir os argumentos do nobre Vereador Relator, faz do competente Relatório o seu Parecer.

Acatando o posicionamento do Relator e não havendo óbice no âmbito da sua competência, a COFC faz do competente Relatório o seu Parecer, manifestando-se **FAVORAVELMENTE** à continuidade do trâmite do Projeto de Lei nº 0051/2021, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 6 de outubro de 2021.

Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

**DANIEL RODRIGUES FAUSTINO**

Presidente da Comissão

**FÁBIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS**

Vice-Presidente

**MARCELO GREGÓRIO**

Secretário e Relator

## **COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

Ao Projeto de Lei nº 051/2021

Autor: **Sr. Prefeito Municipal ANTONIO TAKASHI SASADA**

Institui o regime de previdência complementar dos servidores públicos municipais de Paraguaçu Paulista.

### **RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em pauta foi encaminhado a este Relator para análise e Parecer quanto aos aspectos pertinentes.

O Projeto visa o instituir o regime de previdência complementar dos servidores públicos municipais de Paraguaçu Paulista.

De acordo com o autor, a medida passou a ser exigida após a aprovação da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019. Essa emenda constitucional, que aprovou a Reforma da Previdência nacional, estabeleceu a obrigatoriedade a todos os estados e municípios, com regime próprio de previdência social, a instituírem previdência complementar em até dois anos da sua vigência.

A previdência complementar, de adesão facultativa, objetiva oportunizar aos servidores municipais a possibilidade de recebimento de aposentadorias e pensões além do teto estabelecido pela reforma, com a devida contribuição e capitalização do sistema previdenciário de forma complementar

Quanto ao aspecto orçamentário, o art. 17 do projeto explicita que as despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

### **VOTO DO RELATOR**

Analizados todos os aspectos que me competem, manifesto meu **VOTO FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 0051/2021, recomendando a esta Comissão o mesmo procedimento.

Palácio Legislativo Água Grande, 6 de outubro de 2021.

**MARCELO GREGÓRIO**  
Relator

